



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O DEBATE DA
DÉCADA DE 60 E 70.**

Aluno: Tiago Costa Silva

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Co-orientadora: Prof. Dra. Cláudia Heller

Banca examinadora: Prof. Dr. Adílson Gennari

**Araraquara
2011**

Tiago Costa Silva

**DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O DEBATE DA
DÉCADA DE 60 E 70.**

Monografia

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Faculdade de Ciências e Letras

Departamento de Economia

Agradecimentos

Sou muito grato à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” pela qual estudei e obtive a oportunidade do saber e do conhecimento. Nesse agradecimento incluo todos os professores do Departamento de Economia, com destaque para o meu orientador Professor Sebastião Neto Ribeiro Guedes, aos funcionários da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e meus colegas e amigos, dentre os quais, camarada Tiago Villa, Ulisses, Livia, Janaína, Daniele, Lisandra, Aruana, Marcos e Thabata, Heleno, Damião, Thiago, Cecília, Priscila, Gleice, Alan, Camila, Rebeca, Laura, Ricardo e Thaís, Jaime, Jhone, e com admiração, a todos envolvidos no Projeto de Extensão Cuca Unesp, da República Tarraketa, da República Quilombo, da República Pocilga, da ONG FONTE e mais tantos outros.

Registro também um agradecimento a todos os estudantes e ativistas do movimento estudantil em todos os momentos, mais ainda aqueles que defenderam a universidade contra os decretos do governo do Estado de São Paulo - contra a autonomia universitária- e foram presos em 2007.

Também sou muito grato à minha grande família pelo apoio em todos esses anos em Araraquara, em especial a minha mãe Josefina Costa Silva, a minha avó Otacília Teixeira Costa, ao meu avô João Costa Silva. Dedico esse esforço do trabalho de monografia como uma maneira de compreender as dificuldades enfrentadas pelos meus avôs quando eram pequenos agricultores em Minas Gerais, na cidade de Salinas, até 1973.

Abstract

This monograph object of analysis is the agriculture modernization in Brazil between 1960 and 1980, highlighting the discussion of the economic and politic ideas around the Brazilian agrarian question. The first parte presents an introduction about this issue and the theoretical positions, as well as social and economic implications for the development of the productive forces on rural areas. Nevertheless, reflections of its development to the economy as a whole, highlighting the way the income distribution and concentration was realized. On the second part its presented the agriculture modernization Project on the centralized militar government point of view, by the propositions of that time Agriculture Minister, Antônio Delfim Netto. The approach is made through the proposals preceeded by the Rural Worker Statute and the Land Statute, before the Military Coup, with its news counterpoints settled in law by the Agriculture Modernization Project installed in 1964; the concessions of funding grants and subsidized credits; the relationship between the authoritarian State and the militarization of the land conflicts. The third part deals with the salary dynamics, income and profit on the modernized rural economy created by the agroindustrial productions system. Lastly the conclusion cross the economic and social results of the agrarian question evolution, to the Brazilian agriculture modernization on income distribution.

Resumo

O objeto de análise deste trabalho é a modernização da agricultura no Brasil entre 1960 e 1980, ressaltando o debate das idéias econômicas e políticas envolvidas na questão agrária brasileira. A primeira parte apresenta uma introdução a respeito da questão agrária e os posicionamentos teóricos, bem como suas implicações econômicas e sociais para o desenvolvimento das forças produtivas no meio rural. Não obstante, os reflexos do seu desenvolvimento para a economia como um todo, destacando a maneira como era realizada a distribuição e a concentração da renda. Na segunda parte é apresentado o projeto de modernização da agricultura do ponto de vista do governo militar centralizado nas proposições do então ministro da fazenda Antônio Delfim Netto. A abordagem é feita através: das propostas precedidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, anteriores ao golpe militar, com seus novos contrapontos estabelecido em lei pelo projeto de modernização da agricultura implantado em 1964; das concessões de financiamentos e crédito subsidiado; da relação do Estado autoritário e a militarização dos conflitos fundiários. A terceira parte trata da dinâmica do salário, da renda e do lucro na economia rural modernizada criada pelo sistema agroindustrial de produção. Já a conclusão versa sobre os resultados econômicos e sociais da evolução da questão agrária à modernização da agricultura brasileira na distribuição renda.

Palavras chave: agricultura, modernização agrícola e desenvolvimento econômico e social.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 - DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA.....	8
1.1O debate da questão agrária e a conjuntura histórica no início da década de 1960.....	8
1.2Determinantes da renda no meio rural no início da década de 1960.....	11
1.3Da questão agrária: a estrutura fundiária.....	15
1.3.1Territorialidades das propriedades e as ocupações produtivas no meio rural.....	17
CAPÍTULO 2 – O PAPEL DO ESTADO NA QUESTÃO AGRÁRIA.....	20
2.1 A aliança e a ação do Estado.....	20
2.1.1 O projeto.....	21
2.2 Financiamentos e as linhas de crédito.....	24
CAPÍTULO 3 – O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL 1960-80.....	28
3.1 Salário, lucro e distribuição da renda agrícola.....	28
3.2 Perspectivas e a agricultura moderna nos dois decênios.....	30
CONCLUSÃO.....	35
BIBLIOGRAFIA.....	38
TABELAS	
TABELA – 1 A estrutura agrária das regiões do Brasil.....	16
TABELA – 2 Percentual de trabalhadores empregados no total do pessoal ativo.....	18
TABELA – 3 A evolução da expansão do credito agrícola.....	25
TABELA – 4 Clientes na participação da política de preços mínimos.....	26
TABELA – 5 Tipologia da agricultura 1970-80.....	34

INTRODUÇÃO

Com o livro “*Raízes do Brasil*”, de Sérgio B. de Holanda, dentre outras coisas, apreende-se a evolução econômica do Brasil, através da análise sociológica e histórica da sociedade, de seu nascimento agrário até meados de 1930. Algumas abordagens sobre aspectos econômicos e políticos da herança rural se colocaram pontualmente nessas interpretações, como determinantes para o desenvolvimento do país, tais como a incompatibilidade do trabalho escravo com a civilização burguesa e o capitalismo moderno (HOLANDA, 2007). Para tratar dessas interpretações, metodologicamente, o autor trabalhou singularmente alguns dualismos existentes entre a colônia espanhola e portuguesa, o agrarismo e o comércio, o rural e o urbano, o patriarcalismo e o liberalismo para analisar a constituição da sociedade brasileira por um ponto de vista diferente. Demarcando dessa maneira, a análise traçou a personalidade social e econômica do Brasil desde a colonização até o advento da república, guiados pelo desenvolvimento capitalista e a força da mentalidade positivista (HOLANDA, 2007).

De tudo isso, uma conclusão que poderia ser alcançada por meio desses contrapontos é: sempre persistiu no Brasil a convivência do conservadorismo aliado a ideias inovadoras, tanto na política como na economia. Ou seja, as transformações necessárias na esfera política não raras vezes esbarraram nos valores, costumes e privilégios da elite (à época agrária). E por isso mudanças eram absorvidas não com um objetivo de se constituir uma nova realidade, mas de adequar-se a ela por temer a perda do poder político.

Na vida econômica, por sua vez, parte da mentalidade ruralista, de uma vida e visão limitada às cercanias da propriedade rural, não estimularam e/ou resistiram, por assim dizer, ao espírito empreendedor e construtor comum aos países capitalistas mais desenvolvidos. E o resultado dessas associações foi a formação de instituições políticas aparelhadas e uma economia pouco diversificada e de baixa produtividade.

Servindo como embate teórico - já que a época histórica analisada por Sérgio B. Holanda precede a atualidade dessa análise, e há um extenso material empírico sobre a questão agrária hoje em dia-, o resgate dessa obra será o mote para interpretar, à luz dos acontecimentos políticos das décadas de 60 e 70, os desdobramentos da questão agrária brasileira e sua relação econômica para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no país. Necessariamente, no que diz respeito a essa questão, a análise será sobre a reafirmação dos motivos e os rumos assumidos após o golpe militar em 1964 com respeito à reforma agrária e à agricultura.

Portanto, o embate teórico sobre a questão agrária na década de 60, travado diante do anseio de projetos de nação, muito comuns à época, foi amparado por divergências sobre como conduzir o desenvolvimento econômico. Nesse cenário de muitos debates, ideologicamente dissonantes, algumas obras importantes deram contribuições interessantes para a compreensão do momento histórico da economia agrária do país. Nesse sentido, este trabalho irá comparar os termos nos quais a questão agrária foi discutida e interpretada nas décadas de 60 e 70, priorizando a discussão da relação econômica da reforma agrária e da modernização da agricultura. Através das indicações teóricas sobre este tema o estudo pretende estabelecer uma síntese crítica do problema agrário brasileiro - a execução da reforma agrária como política de distribuição de propriedades, transferência de renda e/ou de modernização técnica para a produção agrícola.

Para tanto, ficarão em destaque algumas obras sobre a questão agrária, dentre as quais estão análises de Caio Prado Jr. “A Questão Agrária”, de Celso Furtado “Operação Nordeste” e de Antônio Delfim Netto “Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira”. Na outra linha de opinião, após o desfecho político do golpe militar de 64, são ressaltadas as obras de Guilherme Costa Delgado “Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 - 1985”, de José de Souza Martins “A Militarização da Questão Agrária”, de José Graziano da Silva “A Modernização Dolorosa” e de Geraldo Müller “O complexo Agroindustrial e modernização agrária”.

CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

1.1 O debate da questão agrária e a conjuntura histórica no início da década de 1960

Para esclarecer as visões sobre a questão agrária é preciso estabelecer as definições de meio rural, a pequena, a média e a grande propriedade para o período. O meio rural englobava todo o campo agricultável no qual a pequena, a média e a grande propriedade compreendiam toda a agricultura brasileira. A pequena¹ propriedade apresentava menos de 100 ha; a média propriedade apresentava de 100ha a 200 ha; a grande propriedade apresentava mais de 200ha (PRADO JR, 2000).

Naquele período, em meados do início da década de 60, o debate em torno da questão agrária não esteve restrito em torno de uma conjuntura simples. A ebulição política deflagrada pelo embate ideológico entre capitalismo e socialismo, representado na sua magnitude, respectivamente, pelos Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, inevitavelmente, contribuiu para polarizar as disputas políticas e as posições sobre como proceder à reforma no meio rural brasileiro. De certa maneira, as estratégias políticas com esse viés permearam os objetivos da reforma agrária com mais intensidade a partir da década de 60.

Muitas desconfianças prevaleceram sobre os possíveis resultados econômicos da reforma agrária “compreendida”, grosso modo, como partilha de grandes propriedades. As indicações teóricas colocavam indagações recorrentes sobre o tema, ampliando o debate da reforma para a “questão agrária”, tais como: a modernização da agricultura poderia ser viabilizada com políticas voltadas para a pequena ou a grande propriedade? Seria mais produtivo e eficiente concentrar os investimentos onde há melhores retornos de produtividade, excluindo a maioria da pequena produção do processo?

De todo modo, algumas questões práticas e objetivas² foram, muitas vezes, deturpadas ou desfavorecidas parcialmente ao satisfazer uma política agrária de “mão única”, ou seja, a escolha de uma política na qual significaria a exclusão da outra, travando um conflito de foco: as pequenas propriedades ou as médias e as grandes propriedades.

¹ A pequena propriedade não pode ser entendida somente como a unidade de produção familiar de subsistência, compreende-se também aquela incluída no padrão capitalista mais dinâmico da agricultura.

² As questões práticas e objetivas eram: distribuição de terras, o desenvolvimento de políticas específicas e os resultados econômicos.

“A distinção deve tanto mais ser feita, que dado o fato de ser pequena minoria dos grandes proprietários a classe dominante na generalidade das zonas rurais do País, e de se apresentarem eles, por isso, no primeiro plano das atividades agropecuárias, é muito fácil, e frequentemente isso ocorre sem nenhuma intenção deliberada, confundir os interesses privados e particularistas dos grandes proprietários e fazendeiros, ou de alguns grupos deles melhor situados, com interesses gerais.” (PRADO JR, 2000, pág 21)

No meio rural brasileiro havia a pequena e média propriedade denominada como agricultura familiar e/ou de subsistência, bem como a grande propriedade era denominada de grande fazenda de exploração. Toda essa estrutura foi fruto da herança colonial rural brasileira pautada na grande exploração (HOLLANDA, 2007), em grande medida, voltada para o sistema agroexportador de produtos de maior produtividade: carne bovina, arroz, soja, café e cana de açúcar (PRADO JR, 2000). Enquanto a produção da agricultura familiar era voltada para consumo próprio de subsistência ou produtos para a comercialização no mercado interno. Sobre essa estrutura do meio rural as propostas para a reforma do campo brasileiro foram elaboradas por meio de análises de como reverter alguns efeitos da concentração fundiária e avançar as forças produtivas do capitalismo agrário no país.

Outros assuntos também estiveram presentes nos estudos agrários. Na análise de Prado Jr, a situação degradante do campo, que proporcionava uma distribuição regressiva da renda - 30 milhões de pessoas necessitavam da terra para seu sustento (PRADO JR, 2000), era tão importante quanto os problemas técnicos. Nesse caso, a miséria dos trabalhadores do meio rural era a principal face da questão agrária no período (PRADO JR, 2000). Já para Delfim Netto, por outro lado, a questão agrária ainda se desdobrava também na insuficiência da agricultura para a acumulação de capital, majoritariamente dependente da agricultura. Assim, o desenvolvimento da modernização³ do campo era imprescindível para a evolução da economia capitalista no Brasil (DELFIN NETTO, 1963) e tão urgente quanto à miséria do campo.

Alguns estudos sobre o tema distinguiram-se por seu caráter mais político do que econômico. O estudo de Prado Jr sobre o tema, por exemplo, colocava de maneira mais explícita que o que estava em jogo na questão agrária era uma disputa política. No qual análises da questão agrária ecoavam dissonâncias (PRADO JR, 2000) políticas na reforma agrária, contrastando a acentuada concentração de renda e de terras numa pequena parcela de produtores;

³ Refere-se à modernização técnica: incrementos à produtividade agrícola para a obtenção de ganhos de escala, diminuição de custos e aumento da margem de lucro.

na sua visão, para além de suas aparências, a superação da miséria da massa trabalhadora rural dependia da redistribuição da renda:

“Mas o que ficou dito já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e colocá-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária.” (PRADO JR, 2000, pág 18).

Também a miséria no campo poderia ser explicada pela ausência de incentivos para a evolução da produção capitalista no campo (DELFIN NETTO, 1963); caso houvesse, os ganhos de escala oriundos da modernização da agricultura brasileira contribuiriam mais para diminuir a miséria ao diminuir os custos produtivos do que a partilha da propriedade. O problema da questão agrária nesse ponto tomava uma interpretação mais técnica do que política para a solução da pobreza no campo (DELFIN NETTO, 1963). Sendo assim, a questão agrária e a proposta de Delfim Netto estavam voltadas para a modernização dos meios de produção agrícola.

Destaque. Então, como conciliar a dimensão alocativa⁴ com a dimensão distributiva da renda com a reforma do meio rural brasileiro? Quais seriam os ganhos da grande produção? E da pequena produção? É certo que o dilema instaurado nessa questão está na análise econômica. E já nesse período difundiu-se a idéia de que a questão agrária dizia respeito não só a reforma agrária – com a redistribuição de propriedade das terras -, mas a aspectos da modernização da agricultura: produtividade e eficiência. Mesmo levando em conta que o desenvolvimento capitalista exigia a oligopolização da produção agrícola, a estrutura da grande exploração seria, exclusivamente, a mais indicada para a evolução econômica do país?

Como fora constatado, posteriormente, as políticas direcionadas à grande propriedade prevaleceram na agricultura na década de 60. Condições tais que as políticas governamentais para agricultura criaram linhas exclusivas de crédito para a grande exploração. De acordo com Delfim Netto (1963), esse caminho era, portanto, o mais correto para prover os investimentos necessários na agricultura, promovendo maiores retornos econômicos.

⁴ A dimensão alocativa é perspectiva da análise econômica na eficiência da aplicação dos recursos.

Na visão de Prado Jr prevalecia um paradoxo, por assim dizer, entre essa eficiência alocativa com a ineficiência distributiva da renda gerada pela produção agrícola, na medida em que a situação de parte do meio rural – da pequena à média propriedade familiar – e dos trabalhadores estava marginalizada da riqueza produzida no campo (PRADO JR, 2000). Com isso a acentuada desigualdade das condições econômicas e sociais no país, além de expressar o atraso histórico e humano da sociedade brasileira (PRADO JR, 2000), representava mais ainda a primariedade da evolução do capitalismo no Brasil.

Portanto, a questão agrária para Prado Jr significou a tentativa de pontuar os problemas do meio rural: a miséria dos trabalhadores e as dificuldades de sustentabilidade da agricultura familiar em algumas regiões, onde seria necessário defini-los e distingui-los analisando-os em diferentes perspectivas para não incorrer em generalizações para todo o meio rural (PRADO JR, 2000). Isso se constituiu, preliminarmente, a questão agrária para Prado Jr; o que, de outro modo, não excluiria os demais problemas econômicos da agricultura (PRADO JR, 2000).

1.2 A questão dos determinantes da renda no meio rural no início da década de 1960.

A centralidade das políticas agrárias teria que reverter a tendência à acentuada concentração de renda vis-à-vis o avanço da industrialização no país; pois circunstâncias passadas, nas quais passava boa parcela da agricultura brasileira⁵, alimentaram maiores desníveis de renda diante do quadro de baixa produtividade da pequena agricultura do meio rural.

Em certa medida, o avanço da concentração fundiária foi responsável por esse estado de miséria no campo, porque provocava também o deslocamento da força de trabalho, alienando a mão de obra dos pequenos agricultores sem recursos, sem terras ou assistência para a produção agrícola das grandes propriedades (PRADO JR, 2000). Como os pequenos e médios agricultores ocupavam terras de baixa qualidade eles eram obrigados ofertar seus serviços por salários de subsistência baixíssimos determinados pela renda da agricultura familiar, ou seja, a pressão exercida pela oferta da força de trabalho⁶ reduzia dramaticamente a renda do trabalho do trabalhador rural (PRADO JR, 2000).

O quadro se tornava ainda mais grave na medida em que, conjuntamente, ocorria a

⁵ A opção pela produção de gêneros para exportação, em especial o açúcar no nordeste, favorecia a formação de extensos latifúndios e inviabilizava a diversificação da produção agrícola.

⁶ Durante os ciclos de produção da grande exploração determinados pelo mercado externo. PRADO JR, 2000. In *Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil*.

diminuição da oferta de parte dos alimentos cuja produção era feita, fora do ciclo da grande produção, por algumas pequenas propriedades. Com a diminuição da oferta de alguns produtos básicos seus preços aumentavam e o salário de subsistência dos trabalhadores, que ora se dedicavam à produção própria ora ao trabalho temporário, sofria arrocho salarial com a diminuição da renda real. Nesse ínterim, Delfim Netto acrescenta que caso o meio rural fosse formado por pequenas propriedades causaria mais miséria do que benefícios (DELFIN NETTO, 1963), aumentando o custo da alimentação com a diminuição da produtividade dos pequenos agricultores.

O incremento do progresso técnico na agricultura da média e da grande propriedade contribuiria muito mais para melhorar o rendimento de todos e aumentar a oferta de alimentos, com aumento da renda real através da diminuição dos custos de produção agrícola. Essa seria a solução para responder a demanda por alimentos cada vez maior e mais diversificada com o avanço da industrialização e da urbanização do país (FURTADO, 1970). Nesse ponto, a questão agrária adquiria novo status no debate do período: promover o desenvolvimento econômico através da modernização da agricultura, como parte essencial para a evolução do capitalismo no Brasil.

Os obstáculos não eram poucos e de fácil solução para uma estrutura economicamente dependente da agricultura. Diante de uma estrutura econômica agrária direcionada para produtos de exportação, o lucro proporcionado pela grande produção dependia até então do excesso de mão de obra e da demanda do mercado externo. E a sua dinâmica econômica de acumulação dependia das forças desse mercado da força de trabalho não organizado para obter êxito. Do excesso da força de trabalho, da atividade restrita ao campo, do baixo custo relativo e da ausência de concorrência com outras atividades (PRADO JR, 2000), os trabalhadores não tinham outra opção a não ser alienar a mão de obra junto aos grandes proprietários (PRADO JR, 2000). Além disso, o capital proporcionado pela produção no campo passaria a cumprir uma nova atuação: impulsionar o ciclo de desenvolvimento das forças produtivas industriais dos centros urbanos com a redução dos custos dos insumos. Em suma, outro dilema estava colocado para a distribuição da renda gerada na agricultura.

Mesmo as ocupações urbanas que poderiam servir como atenuadoras do excesso ainda eram recentes e distantes da realidade do trabalhador do campo, insuficientes e escassas (PRADO JR, 2000). O progresso técnico direcionado às médias e grandes propriedades

contribuiu mais ainda para aumentar a disponibilidade de mão de obra, promovendo maior transferência de renda para os proprietários; situação na qual uma análise interessante sobre os rendimentos propiciados por essa atividade elucidaria que as bases do capitalismo tipo agrário da grande propriedade não tinha perdido suas bases concentradoras de renda. Dessa forma, a modernização da agricultura, diferentemente da maneira colocada por (NETTO, D. 1963), não necessariamente tinha melhorado as condições de vida dos trabalhadores rurais (PRADO JR, 2000), pois o incremento de novas técnicas e equipamentos servia sobretudo a rentabilidade, e não ao trabalhador.

“O progresso técnico que se objetiva tem esse fim preciso, o que é largamente comprovado pelos fatos. Ora, a rentabilidade da grande exploração rural – e é disso que se trata – não tem relação necessária com melhoria das condições de trabalho. Isso também se pode verificar, observando que a remuneração do trabalhador e as condições gerais do trabalho não divergem sensivelmente nas propriedades que respectivamente adotam ou não técnicas modernas e aperfeiçoadas de exploração da terra.” (PRADO JR, 2000, pág 28)

O autor trata ainda o efeito com a premissa de que o aumento do progresso técnico proporcionaria a elevação da rentabilidade da produção agrícola. E, entretanto, os ganhos obtidos não seriam repassados, diretamente⁷, para melhorar as condições de vida do trabalhador por representar aumento de custos para aos proprietários (PRADO JR, 2000). Observa-se, contudo, que a transferência de renda para Delfim Netto se daria também via mercado e não diretamente pelo aumento de salários; na sua visão a modernização da agricultura contribuiria para o aumento da renda real via preços. Essa possibilidade para Caio Prado Jr, era remota, como exemplo ele cita exploração da grande propriedade no nordeste:

“Observa-se por exemplo o que ocorreu no caso da nossa lavoura canavieira, particularmente no Nordeste. O desenvolvimento e progresso tecnológico foram aí, nos últimos anos decênios consideráveis. Entretanto, se houve modificação no que se respeita à população trabalhadora das zonas canavieiras, ela foi, no seu conjunto, para pior. Aquele progresso foi acompanhado de uma concentração ainda maior da propriedade fundiária, e pois da riqueza,” (PRADO JR, 2000, pág 29)

Já Delfim Netto utilizou no seu estudo sobre os problemas da agricultura a premissa de que havia problemas na comercialização e de varejo, no número de intermediários que encarecia

⁷ Já Delfim Netto afirmava que o ganho do aumento da produtividade seria desfrutado por todos com a diminuição dos custos de produção e, conseqüentemente, dos preços dos produtos.

o produto, principalmente para as regiões mais distantes dos aglomerados urbanos (DELFIM NETTO, 1963). Tanto para um quanto para o outro a questão da dimensão distributiva da renda agrícola era importante para os resultados econômicos. Mesmo assim, levando em conta o surgimento e a consolidação da indústria e do meio urbano, principalmente, no sudeste do país, a economia rural modernizada poderia fornecer não só insumo a preços baixos (DELFIM NETTO, 1963), mas também uma forma de liberar mão de obra⁸ para outro setor da economia em expansão: o industrial.

“A reforma agrária para atingir o seu objetivo (que não pode ser outro que não o enquadramento do setor agrícola dentro do processo de desenvolvimento econômico acelerado), há de ser, portanto, regional e paulatina, feita com cuidado e dentro dos limites definidos pelos investimentos preliminares, [...] tornando possível a diminuição dos custos de alimentação e a elevação dos salários reais, condições imprescindíveis para uma ampliação rápida do mercado reservado às indústrias protegidas pelas vantagens locacionais.” (DELFIM NETTO, 1963, pág 73)

Em suma, para Delfim Netto, a agricultura teria que cumprir cinco tarefas no processo de desenvolvimento: aumentar a oferta de alimentos, e conter pressões inflacionárias; suprir o setor industrial com matérias-primas; aumentar a produtividade, para liberar mão-de-obra; aumentar os produtos exportáveis; financiar o desenvolvimento, transferindo recursos do setor primário para o secundário através de ganhos de escala.

A tese⁹ de Delfim Netto também encontrava respaldo nas indicações de Furtado, pois ao delinear políticas específicas para modernizar o meio rural, a reforma do meio adequaria a produção à localidade (FURTADO, 1959), garantindo melhores retornos de produção; por outro lado, para o êxito produtivo, a comumente reforma agrária¹⁰ seria um grave erro para a economia de certas localidades, por exemplo, para a região semi-árida do nordeste, na opinião de Furtado; o grande latifúndio era uma estrutura conveniente para algumas regiões para responder ao baixo nível de produtividade gerado por condições precárias para a prática da agricultura (FURTADO, 1959) “*Essas condições de maior produtividade e de maior renda, de modo algum podem ser atendidas pela pequena unidade produtiva familiar*”. Diante do fato de que o sistema

⁸ Ver em especial José de Souza Martins. “A mudança na política fundiária”. In *Militarização da questão agrária*, Petrópolis, 1985.

⁹ É importante notar e dar destaque que Delfim Netto foi um dos principais assessores e executores do plano de modernização da agricultura do governo militar.

¹⁰ Comumente abordado como divisão e distribuição de terras.

econômico¹¹ de um país resulta das condições inerentes da conjugação de todos os setores de produção, da disponibilidade de fatores e da sua remuneração¹², o rumo tomado a partir da problemática da questão agrária, às conseqüências da “revolução” agrícola para renda do meio rural, a produtividade agrícola e a concentração fundiária, revelam-se primordiais para compreender as desigualdades não só do meio rural brasileiro, mas também do meio urbano industrial.

Como parcela da produção do meio rural se encontrava numa situação de semi-estagnação em boa parte do país, é como se o quadro da miséria observada no campo fosse “canalizada” para todo o sistema econômico. Dessa maneira, o salário dos centros urbanos industriais estaria pressionado também para baixo pelo salário pago no meio rural (PRADO JR, 2000), inevitavelmente a prosperidade econômica no Brasil estava atrelada aos ciclos de expansão da produção da grande fazenda e da sua renda.

1.3 Da questão agrária: a estrutura fundiária.

É inevitável associar a existência de extensas propriedades com a disponibilidade de terras agricultáveis em abundância. O legado do período colonial refletiu a forma que pôde assumir a exploração econômica no Brasil: fornecedora de matérias primas em grande escala. Desde o início, a forma de ocupação objetivou o empreendimento mercantil agroexportador para essa finalidade.

“O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.” (PRADO JR, 2000, pág 48)

A distribuição de propriedades rurais no Brasil não era de todo modo homogêneo, pois a estrutura variava conforme a região do país. Nesse ponto, para Prado Jr, a concentração significou também a concentração de domínio político e sobre os recursos econômicos (PRADO JR, 2000). Conforme a região, os dados a seguir retratam a estrutura agrária do país e o percentual das pequenas, médias e grandes propriedades no conjunto da territorialidade na década de 1950:

¹¹ Atualmente, o desenvolvimento do sistema econômico não está limitado ao crescimento econômico; o equilíbrio desse processo depende, com exclusividade para uma economia agrária tradicional como a brasileira, do planejamento e das políticas tomadas para questão agrária.

¹² Renda total, renda per capita (nível salarial dos trabalhadores) e margem de lucros.

TABELA - 1. A estrutura agrária das regiões do Brasil¹³

	(%)		(%)		(%)	
	núm - área		núm - área		núm - área	
Região Norte						
Amazonas	79	4	5	2	16	94
Pará	91	16	4	5	5	79
Região Nordeste						
Ceará	76	19	11	14	13	67
Piauí	66	6	3	5	8	89
Maranhão	89	6	3	5	8	89
Rio Grande do Norte	82	17	9	11	9	72
Paraíba	91	28	4	16	5	56
Pernambuco	95	33	2	11	3	56
Alagoas	95	31	3	10	2	59
Sergipe	94	39	3	14	3	47
Bahia	90	27	5	11	5	62
Região Sudeste						
Espírito Santo	88	52	8	18	4	30
Rio de Janeiro	87	24	7	12	6	64
Minas Gerais	75	17	11	12	14	71
São Paulo	86	25	7	11	7	64
Região Sul						
Paraná	85	29	8	13	7	58
Santa Catarina	93	45	4	10	3	45
Rio Grande do Sul	90	28	4	7	6	65
Centro Oeste						
Mato Grosso	38	1	8	1	54	98
Goiás	52	5	13	5	35	90

Fonte: Prado Jr, 2000, pág 35.

A realidade desse quadro, anterior a década de 60, contrasta a situação da estrutura agrária brasileira, e são evidentes as heranças mais significativas do sistema mercantil agroexportador em diferentes regiões. Somente no Espírito Santo, onde 88% do número de estabelecimentos de pequena propriedade e 8% de média propriedade ocupavam 70% da área do Estado e Santa Catarina, onde 93% do número de estabelecimentos de pequena propriedade e 4% de média propriedade ocupavam 55% da área do Estado, a concentração fundiária era amena. Nesses dois Estados pequenas e médias propriedades ocupavam o restante, ou seja, acima de 50% das suas

¹³ Os Dados foram reorganizados de acordo com a atual regionalização do país. Isso explica a ausência de alguns Estados, que na verdade à época não eram autônomos federativamente e somavam-se a outros Estados.

respectivas áreas; os demais Estados apresentavam predomínio da grande propriedade acima de 50% da área total.

1.3.1 Territorialidades das propriedades e as ocupações produtivas e no meio rural.

A questão da atividade da terra no Brasil é extensa, a ocupação exercida era bastante heterogênea no sentido da extensão territorial e também na expansão da fronteira agrícola; a produção estava definida de acordo com o tamanho da propriedade e o grau de intensidade do capital. Ainda assim, o alcance da produção do conjunto da pequena produção era limitado pela produção pouco intensiva em capital, e a sua atuação estava circunscrita a maior parte da produção de alimentos básicos e também algumas matérias primas de transformação industrial (GRAZIANO, 1981). As grandes propriedades, por sua vez, estavam direcionadas para a pecuária e a extração vegetal, pois não participavam do ciclo de produção de alimentos básicos, exceto o da cana-de-açúcar.

As demais culturas agrícolas como trigo, soja, café, laranja, algodão etc. eram praticadas por empreendimentos agrícolas não muito extensos, porém mais intensivos em capital (GRAZIANO, 1981). Mais da metade dos produtos básicos de alimentação - arroz, fava, feijão, mandioca - e dos produtos de transformação industrial eram produzidos por imóveis de menos de 100 ha, que representavam apenas 20% da área total cadastrada em 1972. Analisando a extensão das propriedades e a participação de cada uma na produção global da agricultura era patente a marginalização de boa parte daqueles que tinham uma produção considerável, mas tinham pouca participação na apropriação dos rendimentos da renda agrícola:

“Um outro aspecto é que geralmente as culturas de transformação industrial mostram-se fundamentais na determinação da renda do imóvel em que ocorrem, atestando uma certa especialização dessas propriedades. Inversamente, as culturas de subsistência representam apenas uma reduzida fração da renda total do imóvel, refletindo o caráter de culturas secundárias ou subsidiárias.”
(GRAZIANO, 1981, pág 37)

Um destaque para analisar a dinâmica da ocupação das terras é o espaço da ocupação agrícola. Dimensionado pela expansão da fronteira agrícola, principalmente, no Centro-Oeste e sul da Amazônia, o acirramento da concentração fundiária passou ser decorrente da franca expansão da produção nos momentos mais intensos da economia. No Centro-Sul, em outro sentido, o mesmo processo concentrador ocorreu com a dinâmica da aquisição de pequenas e

médias propriedades pelas grandes propriedades (GRAZIANO, 1981) “*Já no período seguinte - 1967/72 -, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, aumentam também as grandes propriedades.*” E é nessa região onde o projeto modernizante da agricultura esteve concentrado, concomitantemente acompanhado por uma crescente concentração da produção (DELGADO, G.C. 1985); as demais regiões coube um desempenho marginal porque as políticas de estímulo criadas pelo governo militar não as atingiram (GRAZIANO, 1981), limitando sua capacidade de inclusão econômica e, por conseguinte, de geração de mais renda.

Para esclarecer a situação do meio rural no período, Delgado assinala algumas caracterizações que identificam todo o espaço rural num quadro elucidativo¹⁴ quanto à localização da produção e suas particularidades gerais: especificando o subsetor moderno (Sul e Sudeste), o arcaico (Nordeste) e o de Fronteira Agrícola (Norte e Centro-Oeste). E cada uma apresenta particularidades com relação à estrutura fundiária, tecnológica, de capitalização, da mão-de-obra, do grau de integração técnica com a indústria, ao acesso às políticas agrícolas e a organização da empresa (DELGADO, 1985). A tabela seguir descreve, de certo modo, a distribuição dos trabalhadores empregados:

TABELA 2. Percentual de trabalhadores empregados no total do pessoal ativo (%)¹⁵

Região Norte		Região Sudeste	
Amazonas	-	Espirito Santo	-
Pará	-	Rio de Janeiro	-
Região Nordeste		Minas Gerais	59,4
Ceará	54,9	São Paulo	60,3
Piauí	48	Região Sul	
Maranhão	-	Paraná	-
Rio Grande do Norte	61	Santa Catarina	8,1
Paraíba	53,6	Rio Grande do Sul	9,4
Pernambuco	43,3	Centro Oeste	
Alagoas	51,6	Mato Grosso	-
Sergipe	40,9	Goiás	-
Bahia	33,7		

¹⁴ Ver em especial Guilherme Costa Delgado. “Estilo de Crescimento Global e Estratégia Agrícola”, In *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*, São Paulo, Cone, 1985, pág 58.

¹⁵ A ausência de dados de alguns Estados sobre o número percentual de trabalhadores no meio rural é por conta que não foram mensurados.

Fonte: Prado Jr, 2000, pág 43-44.

Esse quadro comparativo representa o percentual de trabalhadores no meio rural em relação ao total de trabalhadores ativos. Como é possível notar, a região com colonização mais tardia apresenta menor razão de número de trabalhadores na agricultura; uma análise sobre a produção de cada região nos fornecerá no próximo capítulo a explicação sobre o real efeito da produtividade por hectare da pequena e média propriedade comparada à grande propriedade. Apesar das disparidades, o principal objetivo da questão agrária estava amparado na elaboração de planos de desenvolvimento da agricultura, com base na diversidade geofísica e climática das regiões (FURTADO, 1959).

CAPÍTULO 2: O ESTADO NA QUESTÃO AGRÁRIA PÓS-GOLPE MILITAR 1964

2.1 A aliança e a ação do Estado

Qual a relação entre as políticas para a agricultura no Brasil durante a década de 60 e 70, os desdobramentos da questão agrária e os seus resultados? Para isso, nesse capítulo, serão abordados os objetos das políticas governamentais para a agricultura com o intuito de responder essa questão. Apesar dos posicionamentos teóricos sobre o que realmente se consolidou como “Questão Agrária”, a atuação estatal cumpriu, primordialmente, um papel relevante para o desenvolvimento da média e grande exploração no país, dimensionando a pauta dos problemas agrários ao desenvolvimento de uma agricultura capitalista moderna.

De caráter mais capitalista, por se associar ao complexo industrial, o avanço da agricultura em direção à modernização foi patrocinado pela atuação do Estado, condizente com os interesses das oligarquias rurais (DELGADO, 1985). Essa promoção, entretanto, não generalizou o acesso à generosa assistência fiscal e financeira, excluindo parte da população mais desfavorecida do meio rural das benesses estatais (DELGADO, 1985) *“Ao contrário, há uma aliança de matizes claramente política, onde o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se à política financeira e fiscal do Estado...”*

Somando-se a esse aspecto houve, a partir do início da década de 60, outro ponto importante para a consagração do modelo incentivado pelo Estado. O seu sucesso esteve concentrado na política governamental estabelecida pelo Estatuto da Terra (1964). Pode-se dizer que somente a partir dessa política que a modernização da agricultura demonstrou seu caráter mais conservador e alheio a certos problemas e outras necessidades do campo (DELGADO, 1985), pois a política fundiária ficou, genericamente, restrita a dois pontos básicos: normas sobre a reforma agrária e normas sobre política de desenvolvimento rural. Porém, com relação ao primeiro ponto, o Estado dispensou esforços para diminuir a concentração de terras no país sobre a qual se assentava o abismo social do meio rural: o baixo nível de renda dos trabalhadores e pequenos produtores sem assistência técnica e capital.

De todo modo, o Estado foi o principal agente na regulação da reprodução da nova forma de agricultura moderna, estabelecendo normas sobre a política de desenvolvimento rural e os meios mais adequados para tal, para isso intermediou a interação da política de fomento agrícola

junto aos meios financeiros. A conjugação dessa atuação estabeleceu o novo pacto da agricultura, direcionando as novas políticas do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), após 1964 (DELGADO, 1985) para grupos bem definidos e mais oligopolizados, excluindo da cena política (MARTINS, 1985) os trabalhadores rurais.

2.1.1 O Projeto

Com a inserção da agricultura como principal setor do modelo econômico brasileiro, a organização dos mercados e da produção rural passou a ser comandada pelas medidas articuladas pelo Estado (GRAZIANO, 1981). Levando em consideração a heterogeneidade da estrutura de produção do meio rural, as estratégias capitalistas traçadas no projeto foram resultantes da confluência de interesses e alianças, através das quais grupos que formavam as distintas partes da estrutura, mais precisamente a média e grande exploração, estabeleceram junto ao Estado políticas públicas para a modernização da agricultura de modo a os favorecerem (DELGADO, 1985).

O projeto de modernização da agricultura foi caracterizado também pelos incentivos fiscais e a expansão da fronteira agrícola (GRAZIANO, 1981) por meio da colonização de novas áreas. A reforma agrária clássica, no sentido de eliminação do latifúndio improdutivo com divisão das propriedades, ficou relegada à subcategoria nas intenções do projeto adotado por volta da metade da década de 60 (GRAZIANO, 1981) - uma das conseqüências mais nítidas foi o aumento da concentração fundiária e a valorização das terras¹⁶.

Antes da mudança de rumos do capitalismo agrário brasileiro, as políticas de incentivo não tinham a abrangência para todo o setor agrícola, até então os incentivos estiveram sempre voltados em sua maioria para setores primário-exportadores. Somente com a política de crédito rural a produção da agricultura passou a criar laços com a indústria interna na forma de fornecedora de matérias-primas e compradora de insumos industriais por meio de crédito subsidiado do sistema bancário. Isso representou o entrosamento da produção agrícola com a indústria na formação do Complexo Agro-industrial (CAI). No caso, a produção ampliou seu horizonte para além da demanda para o comércio, criando uma rede com um conjunto de indústrias que estimulou (MÜLLER, 1989) as atividades agrárias.

¹⁶ “a rentabilidade do investimento é garantida pela simples propriedade da terra, passando a produção propriamente dita a um plano acessório.”

(GRAZIANO, 1981, pág 42).

“O crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos do CAI; a organização de um novo sistema de financiamento para atividades rurais – o Sistema Nacional de Crédito Rural – e, por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado, configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural, que se convencionou chamar de *modernização conservadora*.” (DELGADO, G.C, 1985, pág 21)

Esse projeto implementado pela nova política de crédito rural representou, na verdade, uma frustração na medida em que contribuiu para solidificar a debilidade da estrutura agrária capitalista no Brasil – produtivamente heterogênea vis-à-vis a péssima distribuição da sua riqueza. Essa debilidade estava na natureza da predominância do lucro comercial e usurário que não tinha sido modificada pelas forças produtivas capitalistas mais progressistas no meio rural, constituindo a denominada modernização conservadora (GRAZIANO, 1981) “*a agricultura brasileira espelhava avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos generosos subsídios estatais.*”

Diante disso, a dominação exercida na agricultura pelo Estado trouxe consigo, como essencial para a inserção e consolidação da agricultura no circuito agroindustrial, a regulação financeira como o mecanismo fundamental para interferir na organização da agricultura e determinar a sua forma (DELGADO, 1985). Na outra esfera de ação do Estado, a dominação da nova política se deu na regulamentação do trabalho no meio rural. Para isso, modificações pontuais foram feitas no Estatuto do Trabalhador Rural (1963)¹⁷ com esse intuito; até então, o estatuto tinha como objetivo estender os direitos trabalhistas do meio urbano para os trabalhadores do campo, tais como: férias, contrato inscrito na carteira de trabalho, salário mínimo, estabilidade aos 10 anos de serviço, etc. (DELGADO, 1985).

De fato a destituição dos direitos garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural ocorreu com a mudança política em 1964 e a promulgação, no mesmo ano, do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, dezembro de 1964) no qual constava: uma legislação agrária baseada na reforma agrária e

¹⁷ Outrora defendido, entre muitos, por Caio Prado Junior, a constituição do Estatuto do Trabalhador Rural era colocado como prerrogativa para forçar a distribuição de renda por meio da garantia de direitos trabalhistas no campo, melhorando a remuneração salarial e as condições de vida do trabalhador.

condições para o empreendimento capitalista na agricultura. Essa alteração de rumo político não foi gratuita, tanto é que a proposta colocada em prática já desenhava a investida conservadora:

“Pouco tempo depois do Golpe de 1964, o governo do marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra. O Estatuto abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra.” (MARTINS, J. S. 1985, pág 22).

Tanto as primeiras questões colocadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural quanto as do Estatuto da Terra foram abandonadas mediante a aliança das forças políticas oriundas do Golpe Militar. Na realidade, tudo isso foi uma demonstração articulada que deixou clara a intenção de inviabilizar mudanças mais profundas no meio rural, ignorando uma reforma que garantisse mais direitos aos trabalhadores do meio rural, dentre os quais os trabalhistas.

O desdobramento político dessa aliança transformou uma das principais bandeiras da questão agrária, a situação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, no mais flagrante desrespeito às relações formais de trabalho nas empresas agrícolas então modernizadas. A reforma comandada pela força do Estado não contribuiu significativamente para reverter esse quadro no qual se encontrava a miséria do trabalhador no meio rural. O caráter obscurantista dessa reforma de *facto* implementada pelo Estatuto da Terra no início governo militar deu ainda margem à especulação territorial e patrimonial (DELGADO, 1985) em detrimento do uso da terra para produção, invertendo a função social da terra.

Ficou claro que as mudanças, na realidade, não estavam de acordo com a melhoria das condições sócio-econômicas do meio rural como um todo, pois prevaleciam ainda algumas arcaicas determinações aliadas à mentalidade de novas forças produtivas que eram inseridas na agricultura demarcadas pela revolução verde¹⁸:

“Tendo em conta essa diversidade estrutural, a estratégia agropecuária articulada a partir de meados da década dos sessenta contém, simultaneamente, certos fatores de modernização e conservadorismo que se enunciam na caracterização dos subsetores “moderno” e “arcaico”. Essa estrutura ao mesmo

¹⁸ Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas na agricultura que contribuiu, expressivamente, para aumentar a produtividade agrícola

tempo arcaica e moderna está sendo transformado por um movimento que lhe é interior – o impulso a acumulação capitalista na agricultura – mas que ao mesmo tempo passa por uma mediação necessária da esfera estatal de regulação econômica.” (DELGADO, G. C, 1985, pág 59)

Isso demonstrou o quão o projeto realizado pelo Estado não tinha a intenção de adotar um plano que respondesse as demandas de todo o meio rural; preservou-se, na medida da intensidade das relações entre a oligarquia rural e a “máquina” (MÜLLER, 1989) do Estado, o direcionamento dos benefícios financeiros e fiscais a grupos de grandes proprietários (GRAZIANO, 1981). Todavia, a inclusão de médios e grandes proprietários na nova política para o meio rural não ocorreu em todas as regiões; precisamente no Centro-Oeste, Nordeste e a Amazônia a baixa reprodução do capital não permitiu o aprofundamento das relações mais capitalistas com o complexo agroindustrial (DELGADO, 1985). Reafirmando a constatação da debilidade das transformações capitalistas na agricultura (GRAZIANO, 1981).

2.2 Financiamento e Linhas de Crédito

A novidade apresentada para a modernização da agricultura foi marcada pela mudança da fonte de financiamento. Houve uma transição das formas tradicionais de captação de recursos, baseadas no capital comercial, para a forma institucionalizada da rede bancária (DELGADO, 1985). Essa nova forma acompanhou a necessidade crescente de despesas vultosas para dar conta dos grandes investimentos, tudo isso em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Estado. Através do farto crédito subsidiado e renúncias fiscais, a grande exploração experimentou profundas mudanças da política de produtos para a política da mercadoria rural¹⁹ (DELGADO, 1985).

O novo sistema de fomento para a modernização da agricultura estava respaldado no seguinte:

“Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do CAI.”(DELGADO, 1981, pág 45).

¹⁹ Ver em especial Guilherme Costa Delgado. “O estilo de desenvolvimento recente da agricultura brasileira”, In *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*, São Paulo, Cone, 1985.

Além desse aparato financeiro houve incentivos consideráveis na área fiscal concedidos pelo Estado. A soma desses incentivos fiscais incorreu do cálculo diferenciado dos impostos sobre as margens de lucro²⁰ dos capitais aplicados na agricultura, sobretudo naqueles voltados para o complexo agroindustrial. Todo esse sistema estimulou a integração das inversões de capitais para o novo modelo de desenvolvimento da agricultura; vantagens financeiras e fiscais garantiram, por assim dizer, condições excepcionais favorecidas pelo Estado (DELGADO, 1985). Nesse sentido, de um modo geral, o volume de crédito oferecido, as taxas negativas, os prazos e carências constituíram a principal estrutura erguida pelo Estado (MÜLLER, 1989) para aliar a agricultura ao desenvolvimento capitalista do país (DELGADO, 1985).

Uma boa maneira de analisar essa corrente é avaliar os dados sobre o período sobre a efetiva expansão do crédito de 1967 até 1976. A expansão do crédito durante esse período atingiu 23,8% a.a, muito acima do registrado pelo aumento real do produto agrícola 5% a.a (DELGADO, 1981). Os dados da tabela abaixo demonstram, sucintamente, a expansão do crédito, a taxa nominal de juros e a taxa de inflação:

TABELA 3 - A evolução da expansão do crédito agrícola

Anos	Crédito Rural Total/Valor Real	Crédito Rural/ Total Milhões Cr\$	Taxa Nominal de Juros	Taxa de inflação
1969	100	6.489,00	18	20,8
1970	118,97	9.428,00	17	19,8
1971	137,47	12.870,00	7	20,2
1972	170,49	18.669,00	15	17
1973	240,62	30.334,00	15	15,1
1974	297,56	48.273,00	15	28,7
1975	433,76	89.997,00	15	27,7
1976	444,93	130.226,00	15	41,3
1977	396,75	165.858,00	15	42,7
1978	403,45	233.942,00	15	38,7
1979	503,13	448.731,00	38	53,9
1980	481,11	825.397,80	45	100,2

Fonte: DELGADO, 1981, pág 81

²⁰ “Aqui se observa com bastante clareza a politização dos processos econômicos de acumulação de capital. Esta politização sustenta-se no fato de o Estado planejar a agricultura para o lucro, assim, uma forte regularização das leis de mercado na agricultura e na economia em geral. Cabe acrescentar que processo semelhante ocorre nas relações entre os produtores agrícolas e as agroindústrias e daqueles com o Estado (valores básicos de custeio, preço mínimo, AGF – Aquisições do Governo Federal, EGF – Empréstimos do Governo Federal etc.)” COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA, In *Matriz intersectorial e agentes econômicos*, 1989. Hucitec.

Além disso, para exemplificar as diretrizes do plano de fomento agrícola, no financiamento pela política de preços mínimos, os subsídios assegurados²¹ atenderam, em sua maioria, segmentos do meio rural onde havia maior concentração de capitais: agroindústrias e cooperativas. Aos demais, a evidência do acesso ao crédito de comercialização demonstrou que não houve, por assim dizer, uma política do Estado para os preços praticados pelos pequenos agricultores, resguardando-os contra flutuações que corroíam suas rendas e, sobremaneira, proporcionavam a transferência regressiva dela. Como se observa na tabela.

TABELA 4. Clientes na participação da política de preços mínimos

Participação (%) dos principais clientes/ Política de Preços mínimos			
Safras	Produtores Individuais	Cooperativas	Agroindústrias e Comércio
1977-78	13,3	21,9	64,8
1978-79	4,8	22,5	72,7
1979-80	7,8	23	69,2

Fonte: DELGADO, 1981, pág.87.

Esse foi o quadro da política de financiamentos e incentivos estatais estabelecidos pela reformulação do SNCR²² em 1964. Por um lado, o Estado arcou com despesas dos generosos benefícios creditícios e fiscais, mantendo taxas de juros negativas – já que a inflação, de acordo com a tabela, esteve acima da taxa de juros quase estável durante o período analisado. Do outro lado, boa parte do capital concedido a grande propriedade, mediante a facilidade de obtenção de crédito, acabou sendo destinada à aquisição de mais terras para reserva de valor (GRAZIANO, 1981). A efetiva participação do Estado no processo causaria até certa impressão de estatização da agricultura no país, em face da enorme facilidade de crédito para alguns grupos (MÜLLER, 1989). O que nas palavras de Müller significava o seguinte:

“O fundo público era o crédito, e foi este capital financeiro que desencadeou o processo de industrialização do campo, o qual foi impondo a igualação das condições de produção, e serviu de caução ao novo desenvolvimento desigual e combinado. Com um clima liberal de crédito, sem critério e praticamente nenhum controle em seu uso, e dadas as estruturas fundiárias e organizacionais, é claro que a massa de dinheiro foi dar em mãos de alguns grupos sociais.”(MÜLLER, G. pág 129)

²¹ Uma forma de manter a estabilidade de preços, traçando um limite para transferência de renda dos principais beneficiários do crédito rural.

²² Sistema Nacional de Crédito Rural.

Mais tarde, já no declínio econômico por volta do final dos anos 70, outro retrato da conjuntura expôs que a taxa de juros passou à determinação do sistema da taxa de juros do mercado financeiro, intensificando o elo entre a agricultura e o sistema bancário. De certa maneira, tudo o mais no que diz respeito às políticas estatais para agricultura favoreceu a apropriação de parte do excedente agrícola pelo sistema bancário²³ (DELGADO, 1981), desestabilizando a pequena e a média produção intensivas em tecnologia que não tinham facilidade e disponibilidade de capital para competir e cobrir suas dívidas.

²³ Ver em especial Guilherme Costa Delgado. “Mudança no padrão de financiamento e suas implicações”, In *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*, São Paulo, Cone, 1985.

CAPÍTULO 3: O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL 1960-80.

3.1 Salário, lucro e distribuição da renda agrícola

Na história econômica, a busca pela equidade na distribuição da renda cumpriu um papel importante para manter estabilidade do desenvolvimento da economia no longo prazo. Isso, sem dúvida alguma, contribuiu para evitar desequilíbrios alimentados pela concentração da renda – já que a intensa concentração reflete no baixo desempenho da demanda agregada. O fato é que o modelo modernizante da agricultura, praticado pelo Estado naquele período - 1960/1970 -, ajudou a acirrar a distribuição regressiva da renda concentrando-a ainda mais (IPEA, 1975).

De acordo com Graziano, as pesquisas que fizeram o recorte do período demonstraram sérias conseqüências das políticas na estrutura de ocupação de mão-de-obra agrícola e na formação das margens de lucros. Os elevados subsídios concedidos aos insumos ditos modernos²⁴ contribuíram para a alta lucratividade das culturas agrícolas modernizadas (GRAZIANO, 1981). E o fator que alimentou essa disparidade foi a regulação e diferenciação das margens controladas por determinações de preços pelo Estado, indicando os setores que ganhariam mais ou menos (DELGADO, 1985), o que excluía boa parte dos pequenos produtores²⁵. Considerando que as culturas de alta rentabilidade eram praticadas pela grande exploração voltada para exportação, os preços mais favoráveis do mercado externo também deram substância para a diferença da margem de lucros comparada aos preços dos produtos das culturas básicas alimentícias. Os preços dessa cultura eram restringidos pela desigualdade de renda e isso afastava os altos investimentos nessa área. Qualquer que fosse a variação de preços para mais o custo de vida aumentaria, impactando negativamente na renda dos trabalhadores e pequenos agricultores (GRAZIANO, 1981), logo, os preços não eram atrativos para a grande exploração.

Nesse ponto há uma análise relevante para a compreensão da dinâmica da distribuição de renda no setor agrícola no Brasil. Essa abordagem, de certa forma, condiz com a aquela feita por Caio Prado Junior, na qual o custo de vida era dimensionado pelo salário de subsistência – “digressão: ou o salário de subsistência determinava o mínimo custo de vida?” Como os salários

²⁴ A mecanização, os defensivos e especialmente os fertilizantes.

²⁵ Essa imposição do monopólio na determinação dos preços também prejudicava a transferência renda, deteriorando os termos de trocas com o setor industrial.

pagos aos trabalhadores eram baixos²⁶ e o rendimento dos pequenos produtores também, os produtores da grande produção não se interessavam por esse ramo da produção agrícola. Os reflexos dessa situação determinavam o padrão da distribuição de renda da economia, pressionando os salários de um modo geral para baixo. Como assinala Graziano:

“Dada a persistência de um padrão de distribuição da renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da população desse setor se caracteriza por possuir um baixo poder aquisitivo. Assim, o estímulo que o crescimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais através do mecanismo de preços (aumento da demanda – aumento do preço – aumento da oferta) não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos: o preço desses gêneros não pode subir sem que se elevem os níveis reais de salários mais baixos, fonte de renda da grande maioria da população urbana.” (GRAZIANO, 1981, pág 31)

Analisando a renda bruta das propriedades comparadas com o seu tamanho, a interpretação de Graziano desvenda a situação precária do trabalho no campo para a agricultura familiar. Quase três quartos das propriedades de menos de 100 ha (a pequena propriedade) se apropriavam de uma renda bruta correspondente a menos de dois salários mínimos durante o ano. Tomando como referência que a atividade dessa unidade de produção agrícola se configurava como o meio de produção fundamental das famílias (GRAZIANO, 1981), e cerca de 2,5 milhões delas não tinha posse de propriedades rurais, o simples acesso a terra não era a condição ideal para a melhoria das condições de vida, mas deixava claro seu peso na determinação da renda na agricultura.

A posse de pequenas propriedades garantia o meio de produção fundamental, porém o tempo de trabalho de baixa produtividade dispensado na produção (GRAZIANO, 1981) era elevado e não proporcionava alto nível de renda com a comercialização dos produtos básicos. Do outro lado, a posse da grande propriedade tinha muitos incentivos que garantiam maiores renda quando utilizada. Novamente aqui há o contraste da utilização da posse da terra como geradora de renda, que ao mesmo tempo restringi e engloba a pequena propriedade nos ciclos de expansão (GRAZIANO, 1981). Embora tenha sido responsável por gerar boa parte da produção agrícola, os baixos níveis de capitalização das pequenas propriedades tornaram a transferência da renda

²⁶ Muitos trabalhadores alienavam a força de trabalho nos momentos em que havia os picos do ciclo econômico das safras, isso inviabilizava a contratação definitiva ocasionando situações de subemprego. Já os pequenos produtores não dispunham de incentivos para incrementar a produtividade e, assim, diminuir os custos e aumentar a renda.

enrijecida por não haver como promover o aumento de produtividade; como a modernização não alcançou todas as camadas produtivas rurais, a produtividade do trabalho não se elevou e manteve a rigidez dos salários reais da agricultura mesmo após a modernização (IPEA, 1975).

Essa realização do capital na agricultura no Brasil demonstrou que o aparato organizado para a modernização (DELGADO, 1985) da produção tinha um destino certo: a capitalização da média e da grande propriedade (GRAZIANO, 1981). Sendo assim, dada a parcialidade das políticas Estatais, a contradição que permeou o debate da “Questão Agrária” - se seria necessário uma reforma agrária ou modernização do campo – resumiu-se na adoção de um programa que respondeu, em grande parte, os anseios daqueles que acreditaram na modernização como o movimento inexorável para o desenvolvimento econômico brasileiro. Dessa maneira, a redução da renda e do salário como resultantes do conjunto de modernização da agricultura se tornou o contraponto necessário ao esforço de modernização para o desenvolvimento econômico do país (IPEA, 1975).

Percebe-se, assim, que o respaldo dado pelo Estado para o acomodamento da modernização na agricultura solidificou as antigas contradições econômicas no campo ao invés de rompê-las como forças produtivas mais progressistas. A geração dos ganhos e os resultados desse progresso econômico confirmaram que a modernização não tinha ocorrido de forma ampla, porque o desenvolvimento capitalista no Brasil ainda estava em processo (IPEA, 1975). Entretanto, essa debilidade fruto das políticas agrárias entre 1960/1970 representou a conclusão de um modelo de desenvolvimento da agricultura (GRAZIANO, 1981). E tudo demonstrava que a intensificação da capitalização da agricultura gerou grande dinamismo em alguns segmentos do meio rural, contudo, não acomodou os demais nesse processo (DELGADO, 1985), o que não quer dizer que a viabilidade produtiva do capital na agricultura não poderia ser plena e realizada.

3.2 Perspectivas e a agricultura moderna nos dois decênios

O entrosamento da produção agrícola com a produção industrial criou um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil a partir da década de 60 (MÜLLER, 1989). O processo trouxe consigo a ampliação do mercado para os produtos agrícolas alcançando um elevado grau de integração intersetorial. A formação desse eixo, denominado de agroindústria, impôs uma nova configuração do meio rural brasileiro e outra agenda de produção – a produção de insumos para as empresas processadoras de alimentos e outros insumos. Nas palavras de Müller, essa nova

estrutura era considerada como uma unidade analítica da acumulação de capital no país (MÜLLER, 1989), indicando os avanços e os limites da adesão à agroindústria.

Uma análise mais atenta deixaria claro que no período (1960-80) o resultado do desenvolvimento econômico baseado nesse plano de adesão, alicerçado na modernização da produção agrícola mais dinâmica, atingiu apenas 20% (MÜLLER, 1989) dos produtores que responderam por 80% da produção agrícola do país. Os demais produtores ainda se enquadravam nos limites dos velhos dilemas da baixa capitalização, da ausência de assistência técnica e da restrição às linhas de crédito. Inevitavelmente, coube a alguns médios e, na sua maioria, pequenos produtores do meio rural dar conta dos 20% restantes da produção da agricultura nacional.

A nova realidade econômica brasileira no meio rural deixou bastante nítida a exclusão promovida via modernização; a demanda por certos alimentos básicos como feijão, arroz, e mandioca, foi substituído parcialmente por produtos derivados do trigo criando uma barreira para inclusão desses produtos no ciclo mais dinâmico da agricultura (MÜLLER, 1989). Nesse caso, a miséria do campo foi afligida duramente porque no período, na medida em que a maioria da população dependia para a própria alimentação dos produtos básicos, a produção não tinha atingido padrões mínimos de modernização para elevar ganhos de escala e, conseqüentemente, prover preços mais baixos como preconizavam as análises do início da década de 60. No final das contas, a modernização do campo foi localizada, mas seu impacto foi generalizado para toda economia (MÜLLER, 1989); nesse sentido, cumpre destacar a estagnação, ou limite desse modelo, para o desenvolvimento econômico após o fim do chamado “milagre” econômico brasileiro e elevação da inflação:

“... a experiência desses últimos vinte anos revelou à sociedade que o estilo de industrialização ‘liberal’ respaldado no autoritarismo político que não admitiu debate algum sobre fins alternativos a uma modernização desejada por muitos, não funcionou indutivamente para os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, uma vez que não os incorporou à modernização e até mesmo aumentou sua pobreza; não admitir isso seria elidir a realidade parcial, majoritária porém, criada pelo setor dinâmico da agricultura”(MÜLLER, 1989. Pág 131)

É indiscutível a consolidação da modernização técnica da agricultura brasileira. Nesse aspecto não há motivos para contestação. Todo o empenho despendido pelo poder estatal durante o regime militar brasileiro construiu um modelo agrário bastante eficiente e produtivo. Em um

sentido, assumiu uma dimensão mais técnica do que social para a questão agrária a partir da década de 60; no entanto, em grande medida, o desafio do subdesenvolvimento de parcela do meio rural não foi resolvido; a inclusão de pequenos produtores através de políticas de crédito e preço não coube à agenda governamental daquela época voltada para a agricultura. No outro, a questão fundiária mais frágil e urgente - como a revisão dos grandes latifúndios, a redistribuição de terras e melhorias das condições de vida dos trabalhadores rurais – não foi atendida e, por conseguinte, não realizou nenhuma modificação profunda no quadro do meio rural brasileiro.

Pode-se reafirmar, portanto, que o papel central desse processo foi desempenhado pela interferência do Estado, sustentando-o por meio de financiamentos generosos para médios e grandes proprietários. A exclusão das pequenas propriedades ocorreu por escolhas não somente técnicas, mas também políticas. A resistência e negação aos propósitos dos planos de reforma agrária não estavam somente ligadas à especulação da propriedade da terra como reserva de valor, mas, estritamente, na indisposição de grupos de produtores rurais em dividir espaço nos subsídios, preços e taxas, necessários à consolidação da sua modernização conservadora (MÜLLER, 1989).

A formulação tratada nessa análise não pauta meramente a negação abstrata do capital na entronização da produção agrícola, na sua capacidade de comandar o processo de desenvolvimento econômico (MARTINS, 1985); o avanço das forças progressistas do capital no meio rural cumpriu um papel importante na produção social, mas ao mesmo tempo em que rompeu com algumas determinações arcaicas ele consolidou novos obstáculos²⁷. O capital não apenas contribuiu para produzir mais riqueza (MARTINS, 1985) como também gerou mais miséria. A crítica mais contundente reside nessa desigualdade, ou nessa parcialidade, da nova dinâmica do desenvolvimento econômico em acirrar a distribuição regressiva da renda do campo. É nesse ponto, portanto, que a atuação mais eficiente do poder do Estado poderia definir o desenvolvimento econômico e social menos desigual e parcial no meio rural, deixando de lado a abstração analítica economicista de tomar a sua realidade do meio rural como dada e esperar o “bolo” da riqueza crescer para dividi-lo depois.

²⁷ “É preciso não esquecer de que a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes (...) como meio de protelar um transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifúndios, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país” (MARTINS, J. S. 1985, pág 17)

Em 1980, para se ter um parâmetro, a miséria no campo era visivelmente expressiva dada a proporcionalidade da renda com relação ao salário mínimo. Parte dos camponeses e assalariados rurais, em torno de 49,3%, tinha um rendimento inferior a um salário mínimo mensal; acrescidos a esse cálculo havia mais dois milhões e meio de trabalhadores dedicados ao trabalho da agricultura familiar, correspondendo a mais 16,8% dos trabalhadores da agricultura; por fim, mais outros 21,8% ganhavam entre um e dois salários mínimos (MARTINS, 1985). No final de todas as contas, a camada de trabalhadores que auferiam baixa renda com o trabalho no campo era de 88% da massa de trabalhadores do meio rural – desconsiderando o fato que parcela do pagamento, muitas vezes, não era feito em dinheiro.

O mais evidente ao se analisar o período (MARTINS, 1985) é que todo o processo da **questão agrária**, ocorrido no decênio (1960-80), pode ser dividido em três eixos: **a questão fundiária**, na qual as relações envolviam a disputa pela propriedade; **a questão técnica-produtiva** (modernização do meio rural), predominantemente a mais desenvolvida e estimulada no período pelas políticas do regime militar; **a questão do trabalho** e da distribuição da renda gerada no campo, responsável pela miséria e expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Nota-se deixar claro também que a persistente bandeira da reforma agrária assumiu posicionamentos distintos. Para o consenso dominante e hegemônico imposto pelo Governo Militar a reforma agrária adquiriu *status* fundiário restrito à luta pela propriedade da terra, acima de tudo, qualificado como um problema técnico e não político - assim a reforma agrária foi praticada, na verdade, somente em ocasiões de conflitos deflagrados, sem qualquer outro plano socialmente mais progressista²⁸. Enquanto que para grupos e movimentos dos trabalhadores a reforma agrária representava um meio para amenizar as péssimas condições de vida do campo para aqueles que nela trabalhavam, ou seja, essa dimensão representava muito mais que a revisão e redistribuição de terras. Traduzia-se, em poucas palavras, na totalidade da reprodução da vida do trabalhador no meio rural. É interessante destacar o que afirma Martins:

“O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las

²⁸ “A reforma agrária ficou, portanto, circunscrita aos casos de tensão social grave, em áreas prioritárias, quando então pode haver a desapropriação por interesse social, e aos casos de reassentamento de minifundiários, ou das vítimas de conflitos, em outras regiões.” A Militarização da Questão Agrária, In *O Estado e a militarização da questão agrária* (MARTINS, J. S. 1985).

eram desnecessárias e nocivas. Ao invés de a reforma ser obtida de baixo pra cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. Tratava-se de conduzir a implantação da reforma sem causar maior lesão ao direito de propriedade, particularmente de modo a evitar que ela instaurasse o confisco do latifúndio” (MARTINS, J. S. pág 31)

O quadro do meio rural já no final da década de 1970 colaborava com a tese na qual a concentração fundiária tinha se tornado o reflexo da marcha inexorável do avanço da modernização do campo, com a sua tendência à concentração de propriedades e renda. No Censo de 1972, os latifúndios improdutivos (MARTINS, 1985) detinham quase duas vezes o total da área agricultável dos dois milhões e meio de minifúndios, isto é, 75 milhões de hectares aproveitáveis sem qualquer destinação produtiva; no Censo de 1976 a situação foi mais acirrada na medida em que aquela alcançou 93 milhões de hectares. De tudo isso resulta concluir a constituição de um baixa modificação do quadro da inclusão de cada unidade de produção agrícola no conjunto da agricultura meio rural notadamente desigual, combinando elementos modernos e atrasados (MÜLLER, 1989).

Observando a tabela é possível identificar a:

TABELA 5 - Tipologia da agricultura 1970-80

Tipologia da agricultura brasileira 1970/80		Agricultura (%)		
		Atrasada	Dinâmica	
Grande e média empresa	(+) 1000 ha	Grande	76	24
			67	33
Laitfúndio	50-1000 ha	Médio	78	22
			63	37
Pequena empresa	10-50 ha	Pequeno	83	17
			68	32
Minifúndio	Até 10 ha	Micro	91	9
			77	23

Fonte: (MÜLLER, G. 1989)

CONCLUSÃO

Para concluir o debate proposto por este trabalho, após a abordagem sobre os dois decênios de modernização agrícola (1960-80), é necessário partilhar do perfil histórico do Brasil traçado pelo sociólogo Sérgio Buarque de Holanda para reafirmar ou rever que sempre persistiu no Brasil a convivência do conservadorismo aliado à ideias inovadoras, tanto na política como na economia. E por isso mudanças eram absorvidas não com um objetivo de se constituir uma nova realidade, mas de adequar-se a ela por temer a perda do poder político e econômico.

Tomando esse ponto de vista como mote é possível estabelecer alguns paralelos, dentre os quais o primeiro pode ser identificado na execução do Golpe Militar de 1964. Muitos interesses, nesse sentido, foram consensualmente construídos pela classe dominante rural e empresarial, com vista à reforma que garantisse e consolidasse privilégios - como afirma Martins, em “a militarização da questão agrária”. Além disso, foi necessário incluir nessa análise teses do ex-ministro da fazenda Delfim Netto no período para compará-las com a atualidade das medidas no final da década de 1970. É tanto significativo que, em 1979, o mesmo escreve um artigo reafirmando a tese na qual a modernização agrícola baseada na grande empresa no campo solucionaria a crise econômica vivenciada na conjuntura de declínio do “Milagre” econômico.

Empiricamente, entretanto, a sua proposição definida nas teses sobre o desenvolvimento econômico se mostrou frágil visto que a modernização da forma como foi procedida destituiu muitos trabalhadores do vínculo com a terra como meio de subsistência frente a iniciativa deliberada de liberar²⁹ mão-de-obra para os centros urbanos; pois no período de contração do crescimento econômico, já no final da década de 1970, o enorme contingente de trabalhadores rurais e pequenos agricultores já viviam nos grandes centros urbanos e industriais e não tinham qualquer outro fator de produção além da força de trabalho, já que **a questão fundiária** não tinha sido resolvida³⁰ bem como **a questão do trabalho**. Isso quer dizer que para muitos desses, territorialmente despossuídos, não havia mais a alternativa descrita por Graziano, em que nos períodos de poucas oportunidades de alienação da mão-de-obra, a produção para subsistência adquiria sobrevida por se tornar a única alternativa de sobrevivência.

²⁹ A pergunta que caberia ser feita é: qual seria o limite dessa liberação de mão-de-obra para que seu resultado não passasse a ser um obstáculo para o desenvolvimento econômico no longo prazo.

³⁰ Na realidade, ocorreu o inverso; houve avanço na concentração da propriedade da terra durante o período. Nos ciclos de expansão da economia agrária, dada a estagnação produtiva das pequenas unidades, por todos os motivos já mencionados, muitos agricultores tiveram como opção vender a propriedade que, por sua vez, eram comparadas pelos médios e grandes produtores empresariais em expansão.

É importante ressaltar outro ponto de vista nessa análise. Todos os desafios colocados pelos principais estudiosos do assunto no início da década de 1960 estavam vislumbrando não somente o aspecto político da questão agrária, mas havia também significativa dedicação aos problemas materiais. Então, não passaria despercebido que a aguda desigualdade de renda no país pôde ser creditada, ou encontrar respaldo, nos resultados das políticas adotadas desde a reforma modernizadora do meio rural até a liberação de mão-de-obra em abundância para o meio urbano.

Comparados com as conclusões de estudiosos que fizeram o recorte analítico de todo os dois decênios (1960-80), não seria ingenuidade assumir e contrapor ao caráter inovador da modernização da agricultura a qualidade de conservador. O que, por sua vez, não seria de modo algum uma abstração ideológica. Como foi demonstrado, o aspecto conservador é constante na maioria dos estudos sobre o tema, deixando nítido o paralelo com a característica intrínseca do pensamento daqueles responsáveis em definir os objetivos econômicos do país desde os estudos do sociólogo de Hollanda (2007); ou seja, acima de qualquer coisa, o crescimento e o poder econômico era a meta a despeito das flagrantes contradições.

Da mesma forma que o planejamento da execução de uma política econômica de um país objetiva o longo prazo, já que no curto prazo os resultados escondem desequilíbrios somente dimensionados *a posteriori*, a adequação e acomodação de todos os fatores de produção de forma organizada no tempo eram necessários para não ultrapassar os limites impostos pelos próprios condicionantes econômicos: disponibilidade de mão-de-obra, de capital e de mercado.

Muito foi dito e escrito sobre o crescimento econômico observado no mesmo período, daí foi até trivial a conclusão que tudo o que foi adotado para modernizar a agricultura e alavancar o crescimento econômico tinha sido válido. No entanto, uma conclusão como essa não seria a mais correta e esconderia, sobretudo, a afirmação de que também, caso houvesse planejamento direcionado à produção da agricultura familiar, buscando solucionar problemas da **questão fundiária** e da **questão do trabalho**, o crescimento econômico poderia ter atingido outro patamar de socialização da riqueza produzida. Contribuindo, significativamente, para reverter o quadro crônico de desigualdade econômica observado no campo e depois nas cidades após o deslocamento de trabalhadores do meio rural.

É certo que o debate inscrito na história econômica agrária brasileira contemporânea, conjuntamente com as possibilidades sugeridas por muitos estudiosos, vislumbrou a

oportunidade histórica de rompimento com um ciclo de poder político e econômico. Mas, por fim, prevaleceram as bases econômicas e sociais refletindo o passado e não a oportunidade do futuro.

BIBLIOGRAFIA

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, X. A estrutura fundiária brasileira e o papel dos assentamentos rurais na (re)organização do território brasileiro. **Anais da Semana de Economia Política**. São Paulo: SEP, 2007.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Cone, 1985.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: Jaccoud, L. (Org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>

FURTADO, C. **Operação nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MÜLLER, G. **Problemas econômicos da agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, J. DE S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

NETTO, A. D. **Problemas econômicas da agricultura brasileira**. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo – Boletim, n. 46, Cadeira XXV. São Paulo, 1963.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RANGEL, I. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SAMPAIO, P. **Capital estrangeiro e a agricultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes; Co-editado, CEBRAP, 1980.

SANTOS, R. F. DOS. **Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira.** Revista de Economia Política. v. 8, n. 3, p. 131-148, julho-setembro, 1988.

SILVA, J. G. DA. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, J. G. DA. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.